



1. Conjuntura Socioeconômica

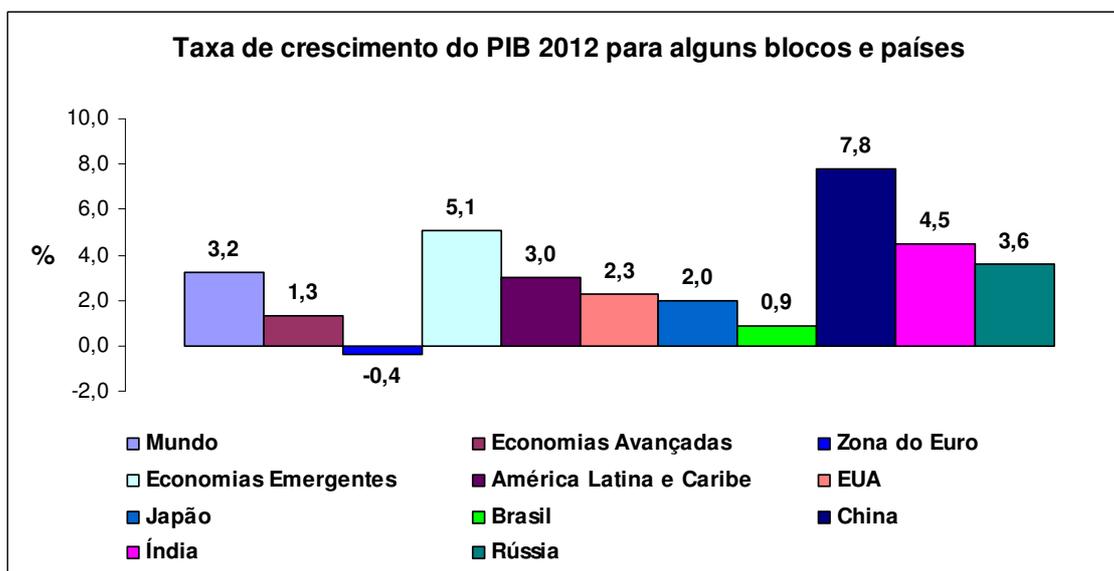
1.1 - Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os demais estados da federação e com os indicadores nacionais.

Serão analisados os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto – PIB, taxa de investimento, população, balança comercial, índice de inflação, emprego formal, taxa de desemprego, rendimento, índice de gini, indicadores de segurança pública e indicadores de saneamento (abastecimento de água e rede coletora de esgoto). Para tal análise, foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2 - Cenário Econômico Nacional

O PIB do Brasil em 2012 apresentou crescimento de apenas 0,9% em relação ao ano de 2011. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 4.402,5 bilhões em valores correntes. O gráfico a seguir ilustra o crescimento de alguns países e blocos econômicos em 2012, segundo levantamento do Fundo Monetário Internacional – FMI.



Fonte: Fundo Monetário Internacional - FMI (apud Agência CONDEPE/FIDEM: Pernambuco – Indicadores Econômicos - Boletim Trimestral – 4º trimestre de 2012)

Observa-se que dentre os países e blocos econômicos pesquisados, a taxa de crescimento do PIB nacional só foi superior à da Zona do Euro, que foi de -0,4%, ficando o crescimento brasileiro bem abaixo da média das economias emergentes (5,1%) e dos demais países que originalmente compunham os BRICS (Brasil: 0,9%, Rússia: 3,6%, Índia: 4,5% e China: 7,8%).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2002 e 2012.



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

Verifica-se uma diminuição na taxa de crescimento do PIB nacional no período entre 2010 e 2012, passando de 7,5% em 2010 para 0,9% em 2012.

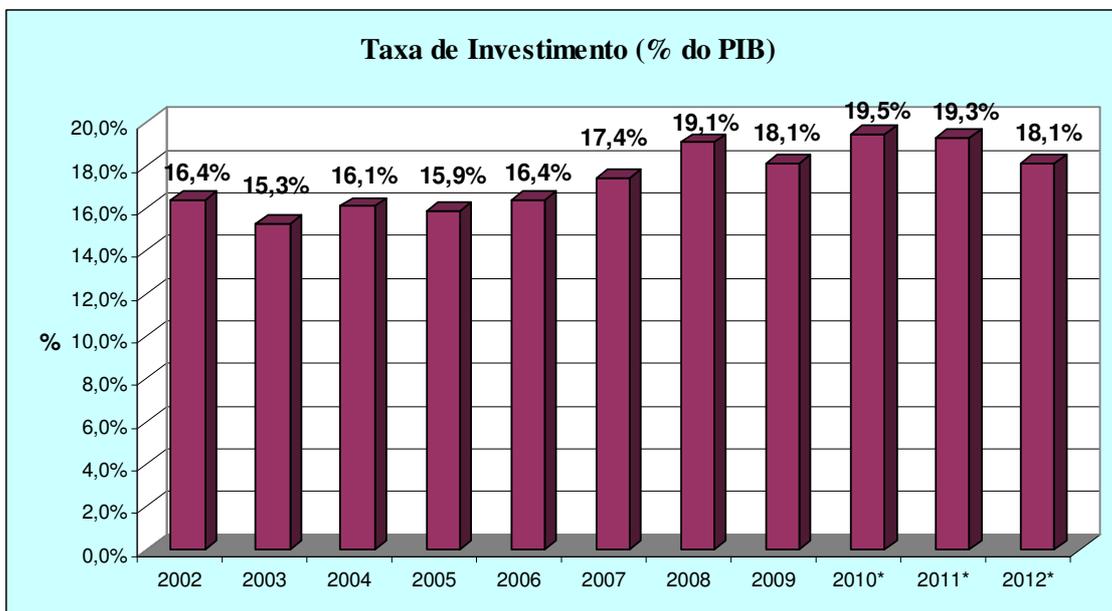
O PIB, sob a ótica da oferta, é o somatório dos três setores que compõem a economia (Indústria, Agropecuária e Serviços – que correspondem ao ‘Valor Adicionado a Preços Básicos’) e dos ‘Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios’.

A expansão do PIB resultou do aumento de 0,8% do Valor Adicionado a Preços Básicos e do crescimento de 1,6% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-2,3%), Indústria (-0,8%) e Serviços (1,7%).

Com relação à Taxa de Investimento - medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa o volume anual de investimento na economia, o gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2002 e 2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2012 foi de 18,1% do PIB, inferior à taxa referente ao ano anterior (19,3%).

Após breve análise da conjuntura econômica nacional, segue análise um pouco mais detalhada da conjuntura socioeconômica do estado de Pernambuco.

1.3 - Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 – População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total vivendo na zona urbana e 26,87% vivendo na zona rural.

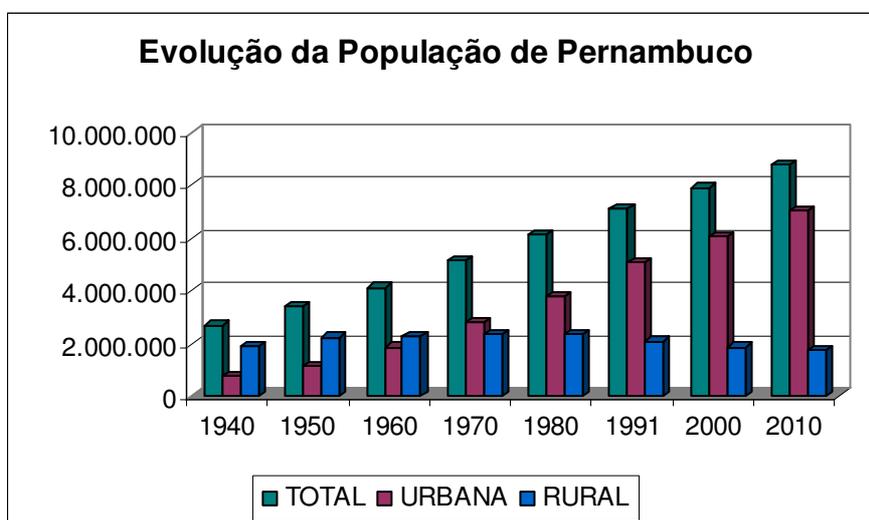
Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população estimada de Pernambuco em 2012 é de 8.931.028 pessoas.

1.3.2 - Produto Interno Bruto

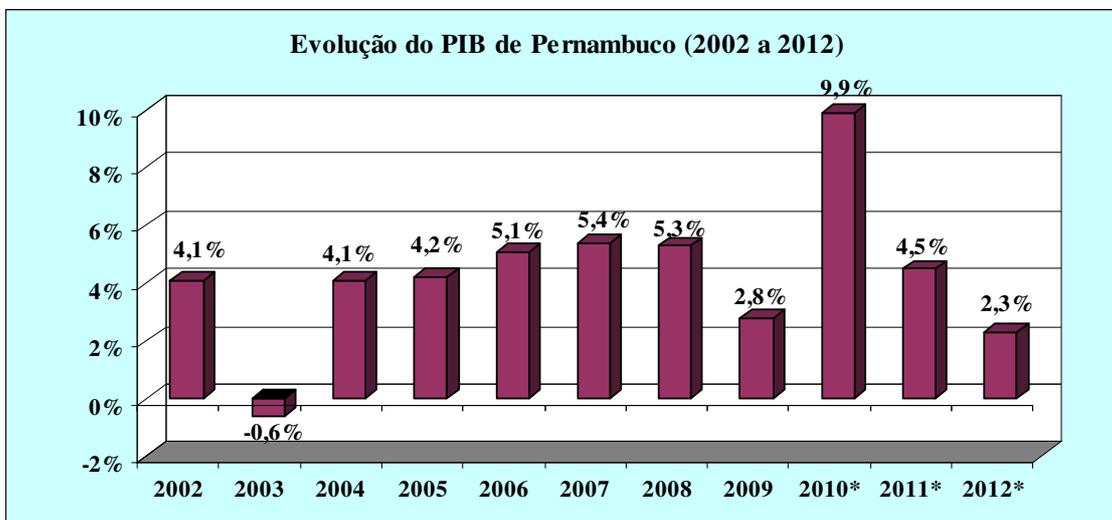
Assim como ocorreu com a economia nacional, a economia pernambucana também apresentou um menor crescimento em 2012 (2,3%) quando comparado com o de 2011 (4,5%).

Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2012, em valores correntes, totalizou R\$ 115,6 bilhões.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB estadual de 2002 até 2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

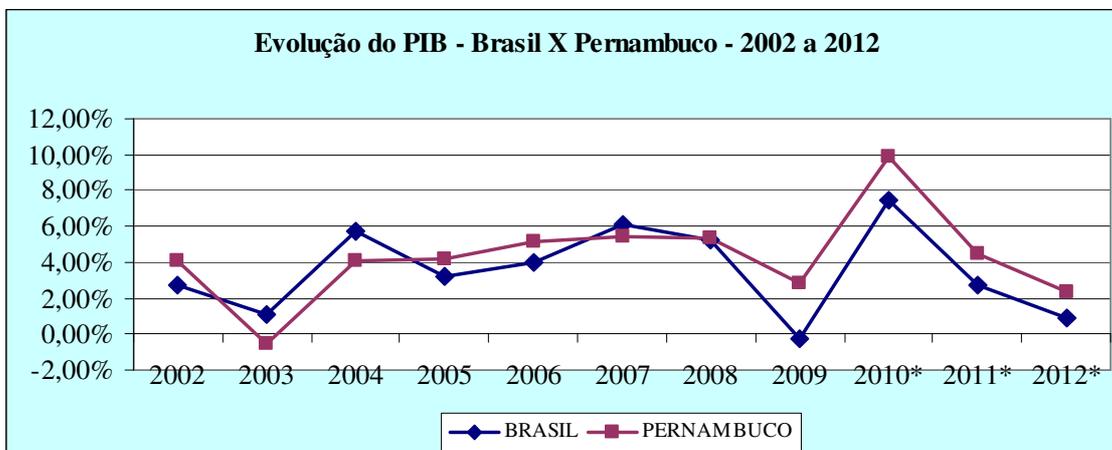
Segundo o Boletim Trimestral: Pernambuco – Indicadores Econômicos -- 4º trimestre de 2012, da Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 2,3% do PIB em 2012 foi decorrente do crescimento de 3,8% nos impostos sobre a produção, de 3,7% na indústria, 2,7% nos serviços e do *decréscimo* de 15% do setor agropecuário.

Ainda segundo o referido Boletim “a combinação de fatores negativos, decorrentes da crise internacional e de uma severa e longa estiagem, contribuiu para a redução do ritmo de atividades nos setores da indústria e dos serviços, e para o elevado declínio do setor agropecuário. Na indústria, mais uma vez a construção civil, conseguiu crescer e evitar maior desaceleração de todo setor industrial. No setor de serviços, os subsetores de transporte, da intermediação financeira e aluguel, serviços prestados à família e o comércio varejista e atacadista conseguiram manter o crescimento do setor e evitar maior desaceleração do PIB geral.”.

O gráfico a seguir faz um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2002 a 2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



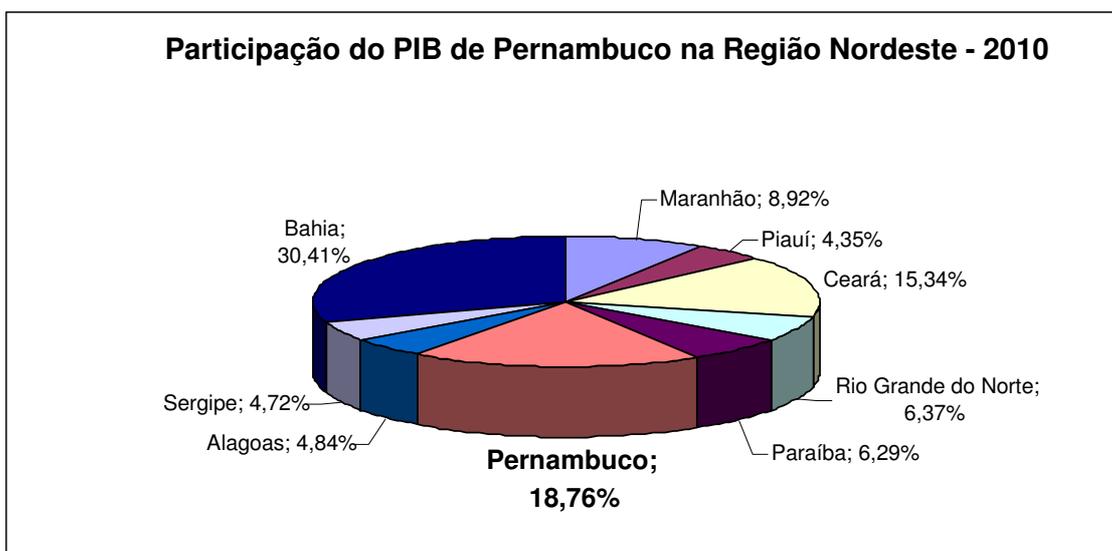
Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que desde 2005 (com exceção do ano de 2007) a economia pernambucana tem apresentado um ritmo de crescimento superior ao da economia nacional. Com relação a 2012, enquanto o PIB do Brasil cresceu 0,9% em relação a 2011, o crescimento do PIB pernambucano ficou 1,4 ponto percentual acima do nacional, crescendo 2,3%.

Como dito anteriormente, o PIB pernambucano a preços de mercado em 2012 foi da ordem de R\$ 115,6 bilhões, representando aproximadamente 2,63% do PIB nacional do mesmo ano (R\$ 4.402,5 bilhões).

Com relação à participação percentual do PIB Pernambucano no PIB da Região Nordeste, os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE são de 2010, conforme gráfico a seguir:



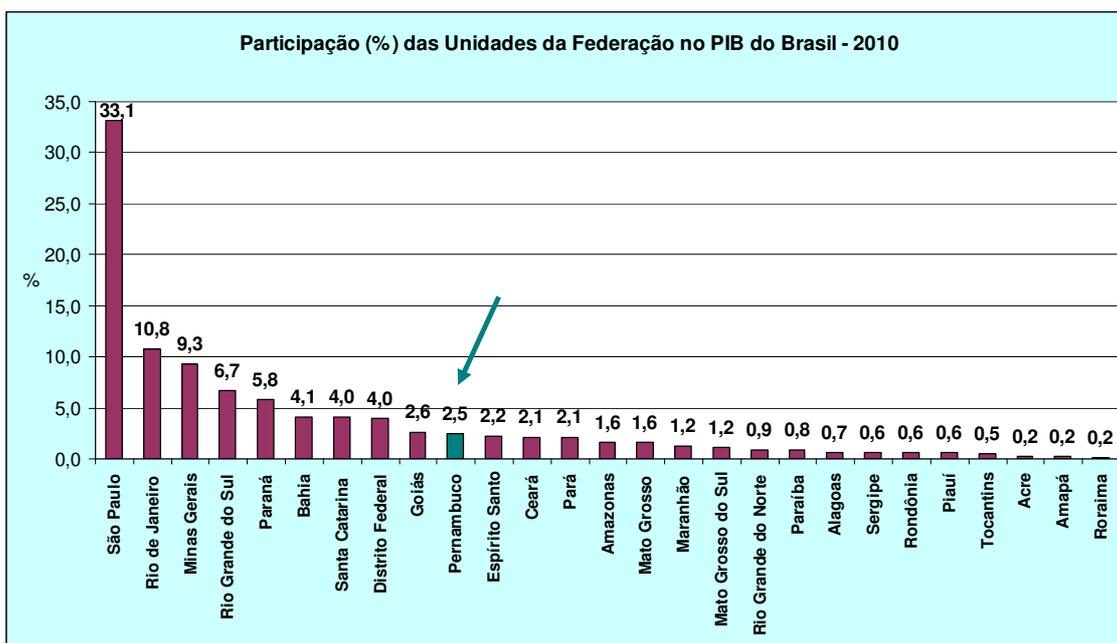
Fonte: IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

No referido ano o PIB de Pernambuco representou 18,76% do PIB da Região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, cujo PIB correspondeu a 30,41% do PIB nordestino.

Ainda segundo o IBGE, em 2010 o PIB pernambucano ocupou a décima posição no ranking nacional, ficando atrás dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás, conforme ordem decrescente dos PIBs ilustrada no gráfico a seguir:

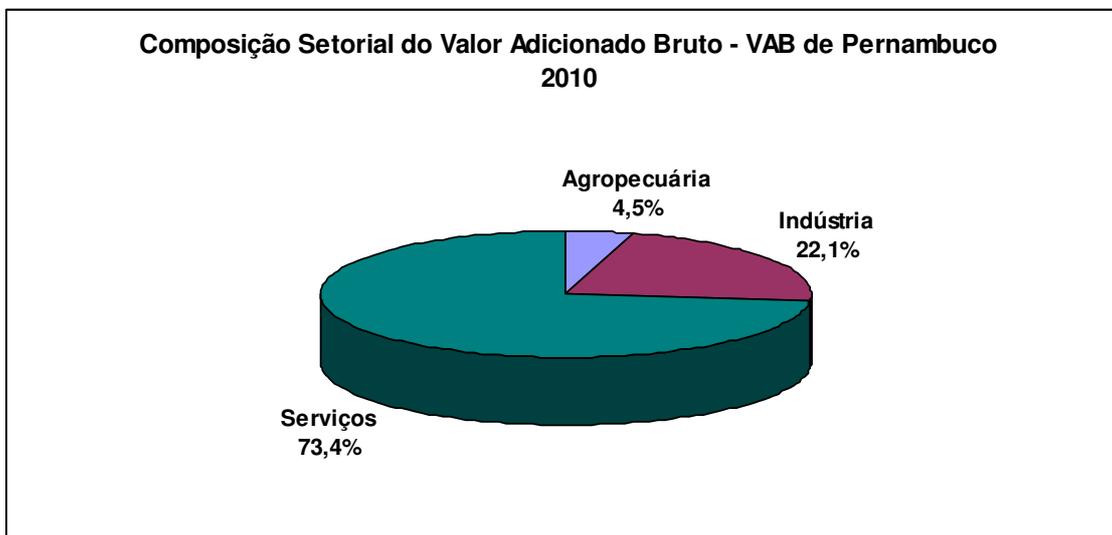


Fonte: IBGE

Outra informação relevante corresponde à composição do Valor Adicionado Bruto-VAB pernambucano por setores da economia – Agropecuário, Indústria e Serviços. O VAB corresponde ao PIB subtraído dos ‘impostos sobre produtos líquidos de subsídios’. Os dados mais recentes disponibilizados pela Agência CONDEPE-FIDEM são de 2010, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM

Verifica-se que em 2010 o setor de serviços foi o principal componente do VAB estadual, tendo uma participação de 73,4% do seu total. Em segundo lugar veio o setor industrial que correspondeu a 22,1% do VAB e, por fim, o setor agropecuário, cuja participação no VAB estadual foi de 4,5%.

1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. A partir de dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, foram elaborados a tabela e o gráfico a seguir contendo uma série histórica de dados da balança comercial pernambucana (importações x exportações) de 2002 até 2012.

US\$ Mil FOB¹

Balança Comercial Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2002	319.996	843.989	-523.993
2003	411.137	795.969	-384.832
2004	517.549	758.773	-241.224
2005	786.051	805.933	-19.882
2006	781.046	1.024.745	-243.699
2007	870.557	1.720.082	-849.525
2008	937.633	2.460.592	-1.522.959
2009	823.972	1.981.372	-1.157.400

¹ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)

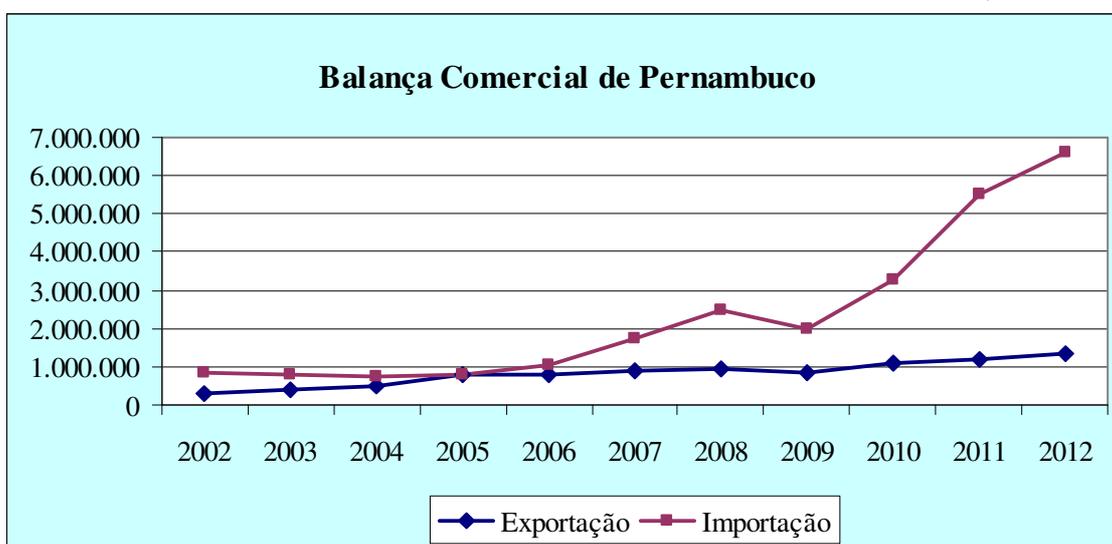


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Balança Comercial Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2010	1.112.498	3.272.666	-2.160.168
2011	1.198.969	5.531.500	-4.332.531
2012	1.319.976	6.592.346	-5.272.369

Fonte: MDIC/SECEX

US\$ Mil FOB²



Fonte: MDIC/SECEX

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Em 2012 o déficit da balança comercial foi da ordem de US\$ 5,27 bilhões, ficando aproximadamente 21,7% superior ao déficit de 2011.

Segundo o Boletim Trimestral: Pernambuco – Indicadores Econômicos – 4º trimestre de 2012, da Agência CONDEPE/FIDEM, as exportações de Pernambuco, no ano de 2012, tiveram o setor produtor de bens intermediários com a maior participação (35,3%) no total das exportações, porém a maior influência na taxa final de 10,1% de crescimento das exportações veio do setor de bens de capital com um crescimento de 1.472,0%. Os principais produtos da pauta de exportações pernambucanas em 2012 foram embarcações e estruturas flutuantes com 30,7% das vendas externas seguido por açúcares e produtos de confeitaria que responderam por 25,8% do total exportado.

Ainda segundo o referido Boletim, o resultado das importações pernambucanas de 2012 mostra um crescimento nominal de 19,1% com influência primordial da elevação de 91,5% nas compras de combustíveis e lubrificantes quando

² Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

comparadas às realizadas no mesmo período de 2011, setor esse que segue sendo o mais importante em nossas importações e responde por 46,0% da pauta do estado.

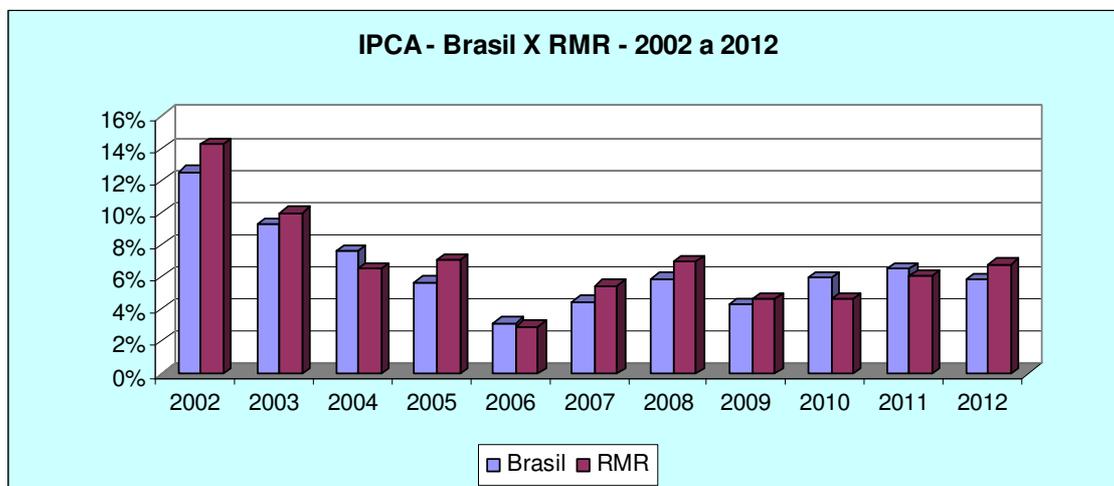
Os principais produtos da pauta de importação do estado em 2012 foram os combustíveis minerais, óleos minerais, etc (outras gasolinas, exceto para aviação, óleo diesel e outros propanos liquefeitos) seguidos por produtos químicos orgânicos (ácido tereftálico e seus sais como principal produto) e reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. (outros aparelhos p/filtrar ou depurar líquidos, outros motores diesel/semidiesel, para embarcação, pórticos moveis de pneumáticos e carros pórticos).

1.3.4 – Inflação

Outro indicador relevante é o índice de inflação. A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2002 a 2012.

IPCA	Brasil	RMR
2002	12,53%	14,26%
2003	9,30%	9,98%
2004	7,60%	6,55%
2005	5,69%	7,10%
2006	3,14%	2,91%
2007	4,46%	5,45%
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,92%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2002, apresentando taxas de 12,53% para o Brasil e 14,26% para a RMR. Verifica-se ainda que desde 2009 o IPCA da RMR vem aumentando, sendo que em 2012 o índice da RMR (6,79%) foi superior ao índice nacional (5,84%).

1.3.5 - Mercado de Trabalho

1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil gerou 1.315.577 empregos formais no ano de 2012. A Região Nordeste foi responsável pela geração de 195.758 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 14,88% do total gerado a nível nacional.

Do total de empregos formais gerados pelo Nordeste em 2012, o estado de Pernambuco contribuiu com 47.695 □ empregos, ou seja, 24,36% dos empregos formais criados no Nordeste foram originários de Pernambuco. O estoque final de postos de trabalho formais em Pernambuco no referido ano foi de 1.333.291 postos.

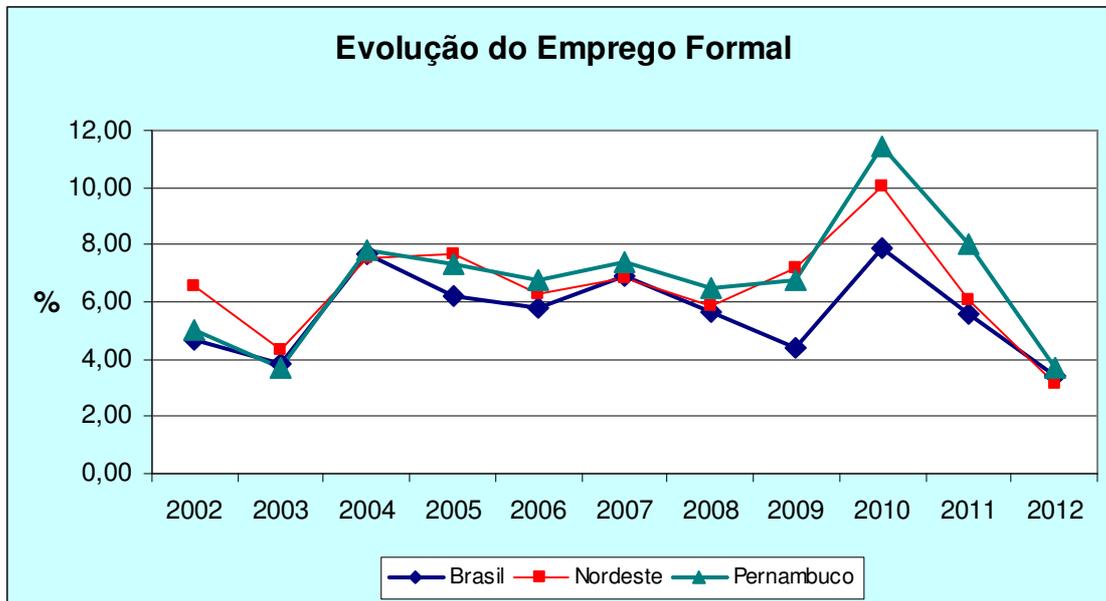
A tabela e o gráfico a seguir comparam a variação do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2002 e 2012.

Varição do Emprego Formal (%)			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2002	4,69	6,57	4,99
2003	3,83	4,32	3,71
2004	7,69	7,52	7,82
2005	6,21	7,64	7,30
2006	5,80	6,29	6,75
2007	6,88	6,87	7,43
2008	5,65	5,84	6,47
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,90	10,06	11,41
2011	5,60	6,08	8,04
2012	3,44	3,16	3,71

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



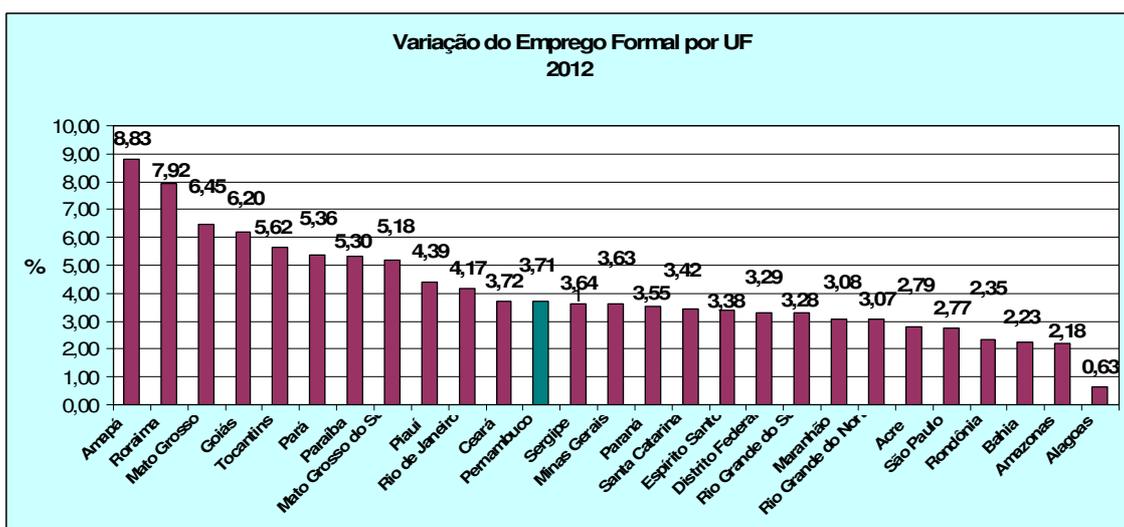
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Observa-se que desde 2004 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco tem sido superior à taxa nacional. A partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio, chegando a 2012 com os menores valores da série histórica, a saber: Pernambuco – 3,71% (coincidiu com o ano de 2003), Nordeste – 3,06% e Brasil – 3,44%.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as Unidades da Federação no ano de 2012.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2012 as admissões superaram os desligamentos em todos os estados da Federação bem como no Distrito Federal. Observa-se que Pernambuco ocupou a 12ª posição no ranking, ficando atrás dos estados de Amapá (8,83%), Roraima (7,92%), Mato Grosso (6,45%), Goiás (6,20%), Tocantins (5,62%), Pará (5,36%), Paraíba (5,30%), Mato Grosso do Sul (5,18%), Piauí (4,39%), Rio de Janeiro (4,17%) e Ceará (3,72%).

1.3.5.2 – Desemprego

Com relação ao desemprego no Brasil, este é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego – PME nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total.

Os referidos institutos de pesquisa utilizam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto³.

O gráfico abaixo faz uma comparação entre as Taxas de Desocupação Total e as Taxas de Desemprego Total na RMR, de 2003 a 2012, medidas respectivamente pelo IBGE e pelo DIEESE.

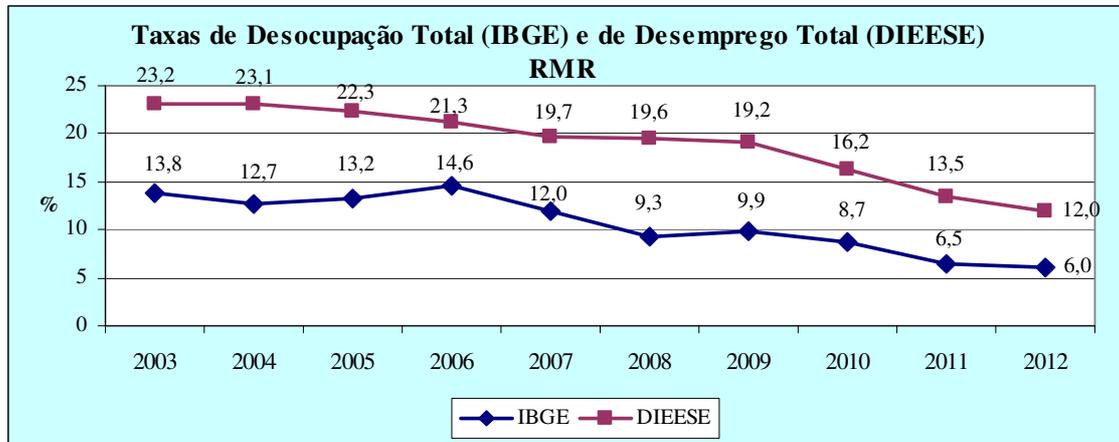
³ **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e DIEESE

Observa-se que a série histórica da Taxa de Desemprego Total (DIEESE) é decrescente em todo o período retratado. A Taxa de Desocupação Total (IBGE), embora apresente algumas oscilações, também aponta uma tendência de decréscimo. A primeira caiu de 23,2% em 2003 para 12,0% em 2012 e a segunda passou de 13,8% em 2003 para 6,0% em 2012.

Como já dito anteriormente, a explicação para as taxas de desemprego medidas pelo DIEESE serem maiores que as medidas pelo IBGE é que o conceito dado pelo DIEESE para esse indicador é mais abrangente que o dado pelo IBGE.

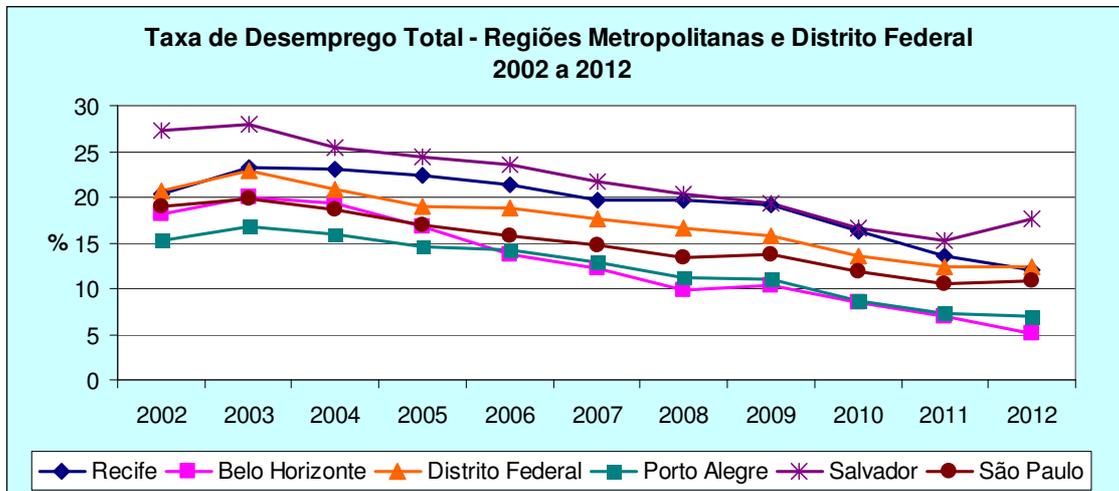
Seguem tabela e gráfico fazendo um comparativo entre as Taxas de Desemprego Total do Distrito Federal e das Regiões Metropolitanas do Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, de 2002 a 2012, com base nas pesquisas do DIEESE.

Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2002 a 2012 (%)						
	Recife	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo
2002	20,3	18,1	20,7	15,3	27,3	19
2003	23,2	20,0	22,9	16,7	28,0	19,9
2004	23,1	19,3	20,9	15,9	25,5	18,7
2005	22,3	16,7	19,0	14,5	24,4	16,9
2006	21,3	13,8	18,8	14,3	23,6	15,8
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9
2011	13,5	7,0	12,4	7,3	15,3	10,5
2012	12,0	5,1	12,3	7,0	17,7	10,9

Fonte: DIEESE



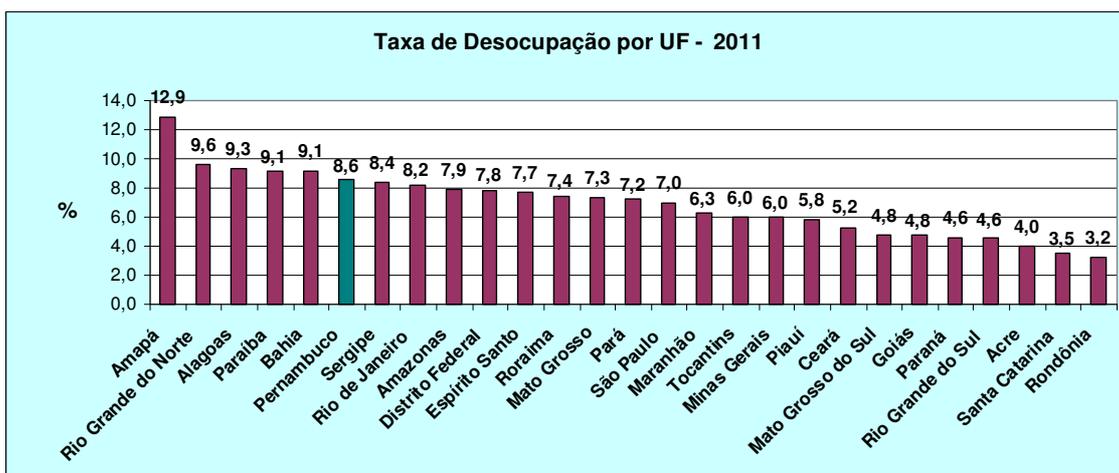
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: DIEESE

Verifica-se que a Região Metropolitana de Salvador teve a maior taxa de desemprego em todo o período retratado. A segunda maior taxa no período, com exceção de 2002 e 2012, foi da Região Metropolitana do Recife. Observa-se ainda que em todas as regiões metropolitanas pesquisadas a taxa de desemprego apresenta uma tendência de queda ao longo dos anos, sendo que São Paulo e Salvador apresentaram uma pequena elevação entre 2011 e 2012.

O IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2011, apurou a taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais anos de idade, segundo as unidades da federação, conforme gráfico a seguir.



Fonte: IBGE

Observa-se que a taxa de desocupação do estado de Pernambuco em 2011 foi de 8,6%, superando a da RMR no mesmo ano, que foi de 6,5%. Com relação às demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a sexta posição no ranking nacional,



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

antecedido pelo Amapá (12,9%), Rio Grande do Norte (9,6%), Alagoas (9,3%), Paraíba (9,1%) e Bahia (9,1%).

1.3.5.3 – Rendimento

Por meio da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE é obtido o ‘rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada’. Tal pesquisa é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Seguem tabela e gráfico demonstrando as médias anuais do referido indicador nas regiões metropolitanas pesquisadas no período de 2003 a 2012:

Em R\$ 1,00

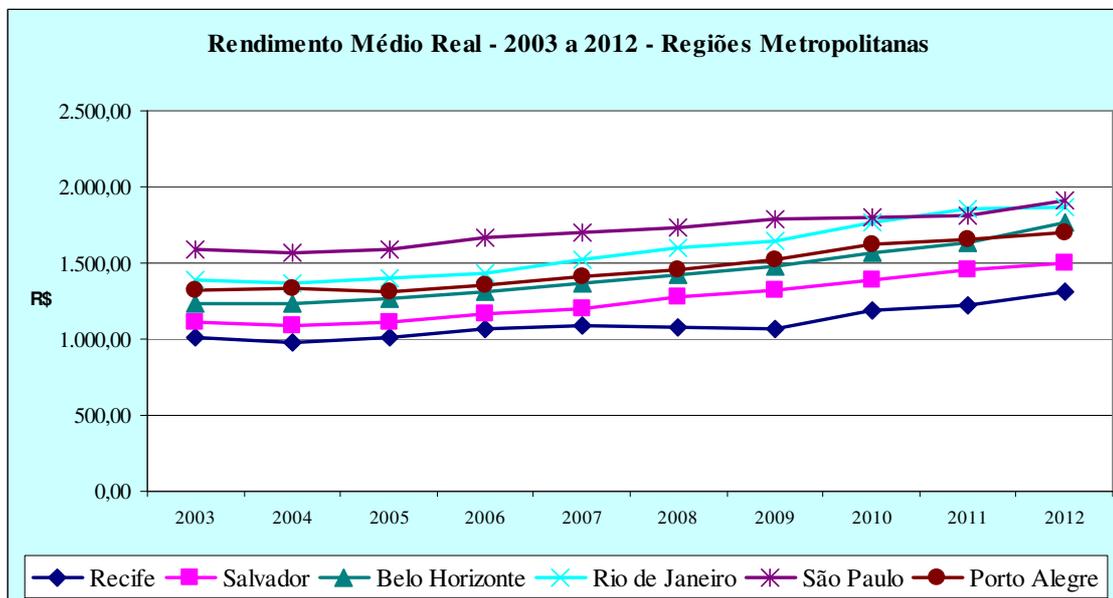
Rendimento Médio Real - 2003 a 2012 - Regiões Metropolitanas							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	1409,84	1007,61	1112,79	1238,06	1383,35	1591,76	1322,60
2004	1391,84	982,51	1090,01	1235,37	1367,34	1566,74	1330,93
2005	1413,19	1014,04	1110,38	1263,38	1396,85	1586,16	1314,74
2006	1469,09	1062,01	1170,50	1313,79	1435,04	1666,58	1358,60
2007	1515,98	1090,30	1200,38	1361,43	1518,24	1697,18	1416,00
2008	1567,44	1075,22	1280,86	1424,09	1597,83	1737,27	1451,67
2009	1617,19	1063,97	1325,00	1482,34	1649,40	1792,11	1517,72
2010	1677,88	1192,35	1384,46	1565,68	1764,27	1799,77	1617,47
2011	1723,43	1220,00	1456,18	1635,74	1851,04	1812,00	1659,61
2012	1793,96	1312,95	1496,89	1762,70	1868,51	1908,01	1701,54
Variação (%) 2012-2003	27,2	30,3	34,5	42,4	35,1	19,9	28,7

Fonte: IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego – PME)

Notas: 1-Rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, a preços de dezembro de 2012. Médias das estimativas mensais.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego – PME)

Em 2012, a média anual do rendimento médio mensal real da população ocupada para as seis regiões metropolitanas foi estimada em R\$ 1.793,96, o maior patamar atingido pelo rendimento nos últimos dez anos. O crescimento de 4,1% em relação a 2011 também foi o maior registrado desde o início da série histórica anual da pesquisa, em 2003.

Observa-se que dentre as regiões metropolitanas pesquisadas a do Recife foi a que apresentou o menor rendimento médio em 2012, a saber: R\$ 1.312,95.

O IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, apurou o rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais anos de idade, por unidade da federação, para os anos de 2009 e 2011, conforme tabela e gráfico a seguir.

Rendimento médio real por Unidade da Federação (R\$)		
UF	2009	2011
Rondônia	1224,00	1288,00
Acre	1352,00	1162,00
Amazonas	1057,00	1165,00
Roraima	1136,00	1430,00
Pará	897,00	992,00
Amapá	1180,00	1186,00
Tocantins	1050,00	1122,00
Maranhão	814,00	813,00
Piauí	707,00	745,00
Ceará	758,00	881,00
Rio Grande do Norte	918,00	1034,00
Paraíba	897,00	991,00



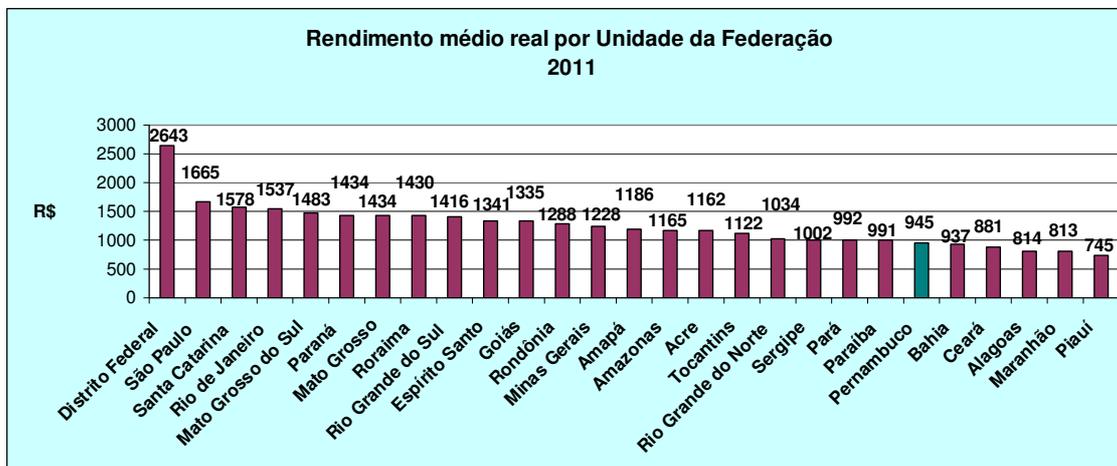
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Rendimento médio real por Unidade da Federação (R\$)		
UF	2009	2011
Pernambuco	828,00	945,00
Alagoas	841,00	814,00
Sergipe	920,00	1002,00
Bahia	831,00	937,00
Minas Gerais	1133,00	1228,00
Espírito Santo	1188,00	1341,00
Rio de Janeiro	1526,00	1537,00
São Paulo	1520,00	1665,00
Paraná	1377,00	1434,00
Santa Catarina	1526,00	1578,00
Rio Grande do Sul	1358,00	1416,00
Mato Grosso do Sul	1290,00	1483,00
Mato Grosso	1250,00	1434,00
Goiás	1221,00	1335,00
Distrito Federal	2515,00	2643,00
Brasil	1242,00	1345,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009/2011

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009/2011

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2011.

Observa-se que o rendimento médio real do estado de Pernambuco passou de R\$ 828,00 em 2009 para R\$ 945,00 em 2011. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a 22ª posição no ranking nacional.

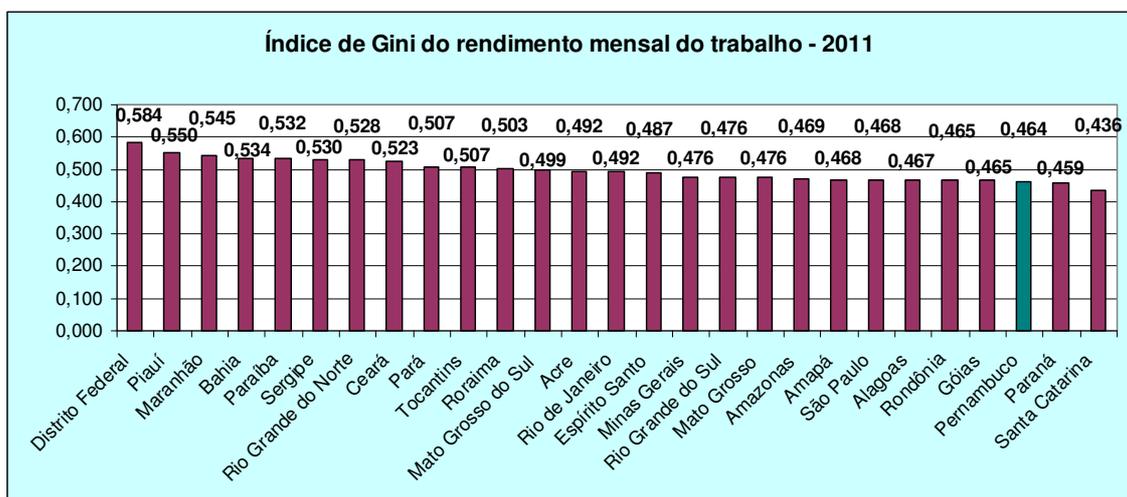


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

1.3.6 – Índice de Gini

O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O gráfico a seguir representa o Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por unidade da federação, ano 2011, obtido através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Considerando que quanto maior o índice maior a desigualdade de renda, verifica-se que Pernambuco está bem posicionado no ranking nacional, com índice de 0,464, só estando mais desigual do que o Paraná (0,459) e Santa Catarina (0,436). Entretanto, vale ressaltar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

1.3.7 – Segurança Pública

Em 2003 foi criado o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que atribuiu à Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, o papel de coordenadora das políticas nacionais de segurança pública. A partir de então, a SENASP iniciou em 2004 a construção do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC, que tinha por objetivo reunir uma série de informações sobre criminalidade e segurança pública.

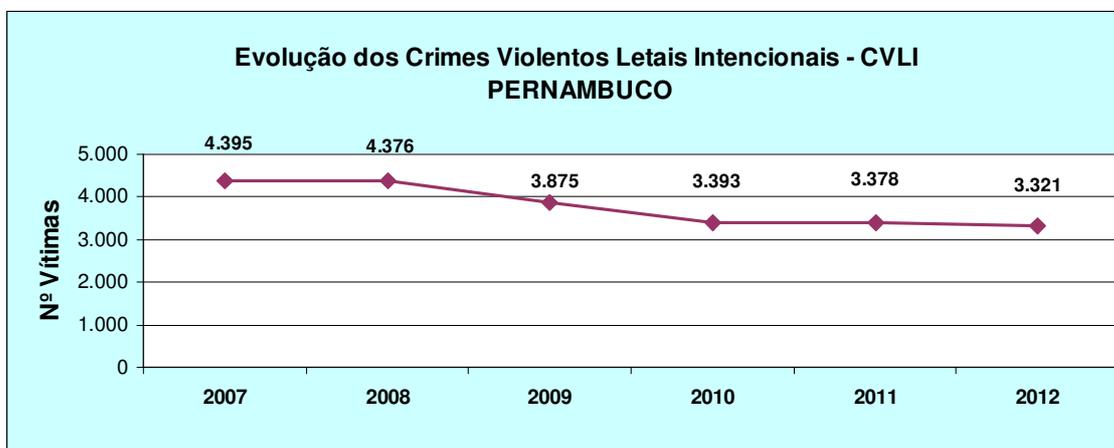


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2012, por meio da Lei Federal 12.481, de 04/07/12, foi instituído o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Tal sistema tem por finalidade armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional e execução penal e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Integram o SINESP os Poderes Executivos da União, dos *Estados* e do Distrito Federal. O integrante que deixar de fornecer ou atualizar seus dados e informações no SINESP não poderá receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e do sistema prisional, na forma do regulamento, conforme o § 2º do artigo 3º da Lei 12.481/12. Os Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão participar do SINESP mediante adesão, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor.

A partir de dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco foram construídos os gráficos a seguir demonstrando a evolução do número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco, de 2007 a 2012, e um comparativo do número de vítimas da CVLI entre as Unidades da Federação em 2012.



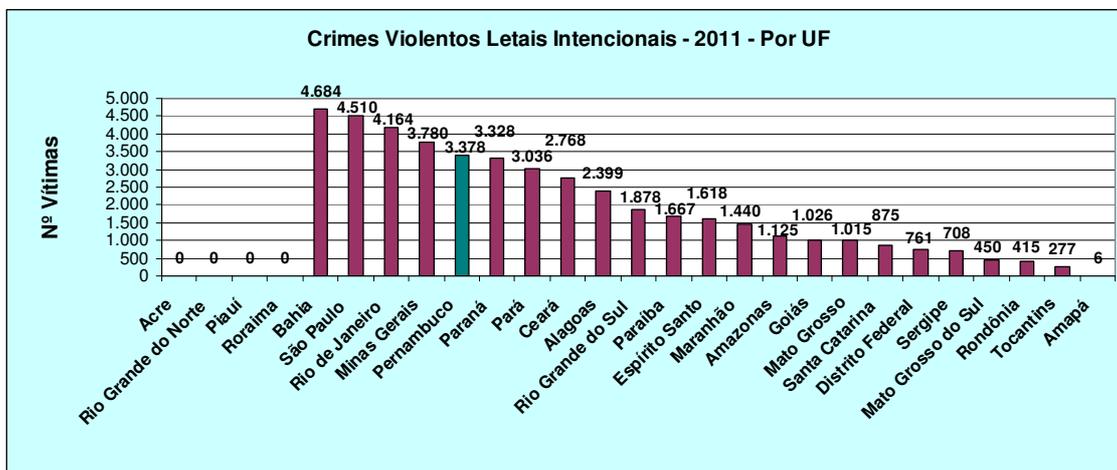
Fonte: Anos 2007 a 2011: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012

Ano 2012: Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco, ano 5, nº 12

Nota: 1 – A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012

Notas: 1 – A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte

3 – Para os estados do Acre, Rio Grande do Norte, Piauí e Roraima não há informações disponíveis

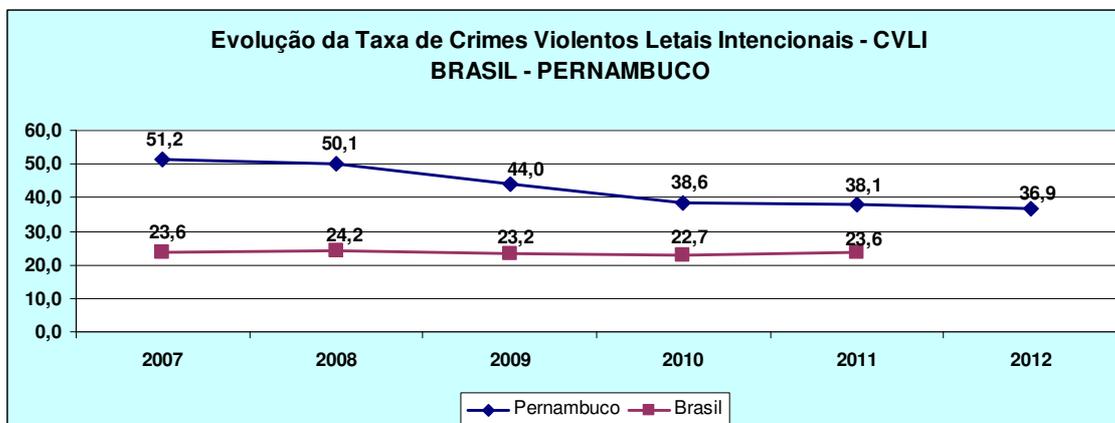
Observa-se que ao longo dos anos o número de vítimas de CVLI em Pernambuco vem caindo, passando de 4.395 vítimas em 2007 para 3.321 vítimas em 2012.

Quando comparadas as 23 unidades da federação que disponibilizaram os dados em questão para o ano de 2011, observa-se que Pernambuco ocupou a 5ª pior posição no ranking, ficando atrás da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Também a partir de dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco foram construídos os gráficos a seguir demonstrando a evolução da Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco (de 2007 a 2012) e no Brasil (de 2007 a 2011) bem como um comparativo da Taxa da CVLI entre as Unidades da Federação em 2012.

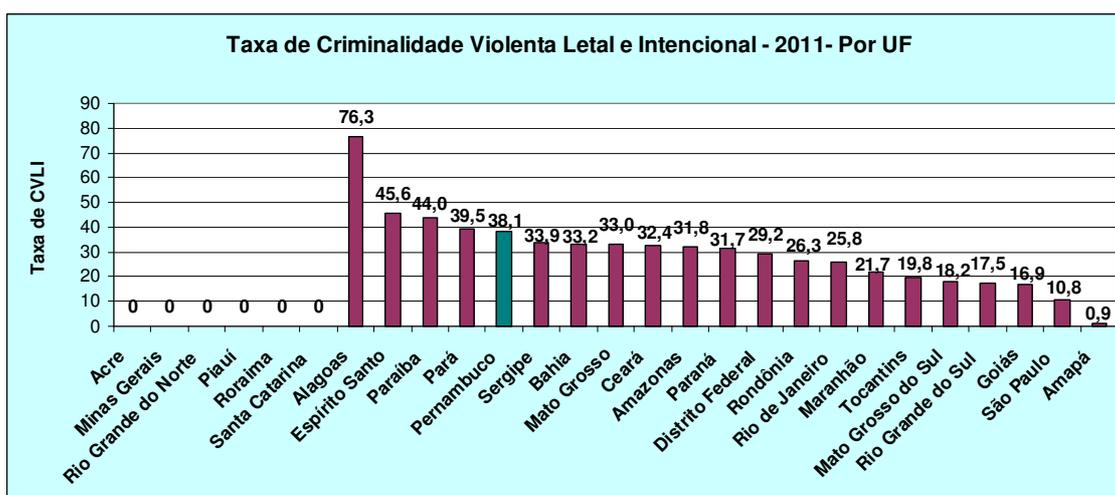


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Anos 2007 a 2011: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012
Ano 2012: Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco, ano 5, nº 12

Notas: 1 – A taxa é medida por 100 mil habitantes
2 - A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012

Notas: 1 – A taxa é medida por 100 mil habitantes
2 - A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte
3 – Para os estados do Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, Roraima e Santa Catarina não há informações disponíveis

Verifica-se que embora a Taxa de CVLI em Pernambuco venha caindo ao longo dos anos, passando de 51,2 em 2007 para 36,9 em 2012, ela é bem superior a taxa medida para o Brasil que foi de 23,6 tanto em 2007 quanto em 2011.

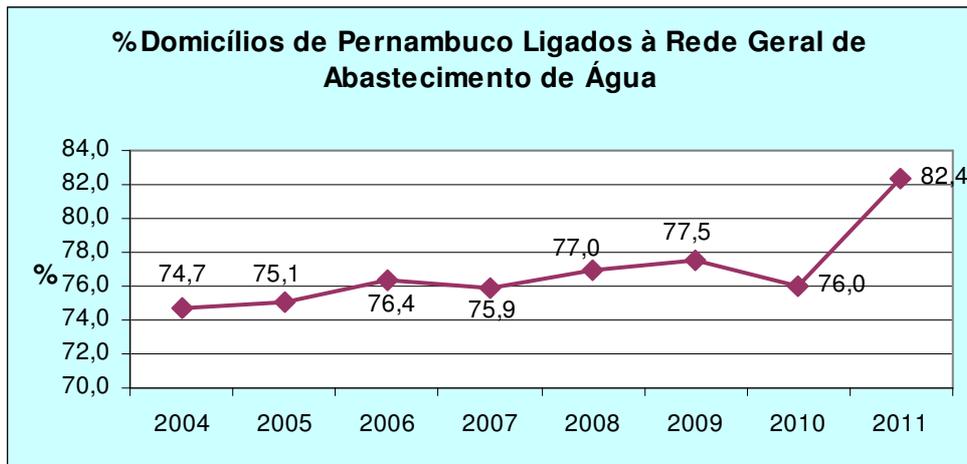
Quando comparadas as 21 unidades da federação que disponibilizaram as taxas de CVLI para o ano de 2011, observa-se que Pernambuco ocupou novamente a 5º pior posição no ranking, ficando atrás dos estados de Alagoas, Espírito Santo, Paraíba e Pará.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

1.3.8 - Saneamento

Os gráficos a seguir retratam o percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede de abastecimento de água e à rede coletora de esgoto, conforme dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE relativos ao período de 2004 a 2011. Além disso, faz-se uma comparação entre as unidades da federação - ano 2011.



Fonte: 2004 a 2009 e 2011 - IBGE, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

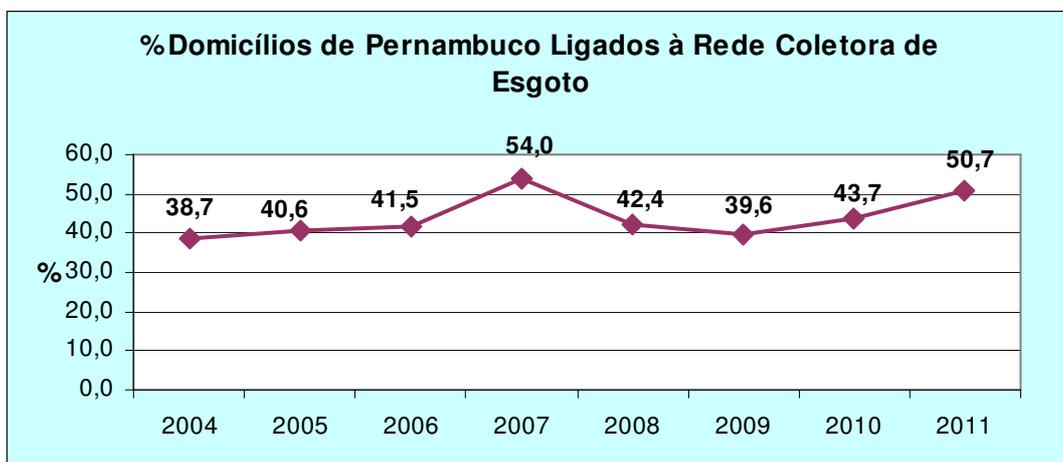
Observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios pernambucanos ligados à rede geral de abastecimento de água, passando de 74,7% em 2004 para 82,4% em 2011.

Observa-se ainda que em 2011 Pernambuco ocupou a 14^a posição no ranking nacional, ficando atrás dos estados de São Paulo (95,9%), Distrito Federal (95,7%), Paraná (89,6%), Sergipe (87,9%), Rio Grande do Norte (87,5%), Mato Grosso do Sul

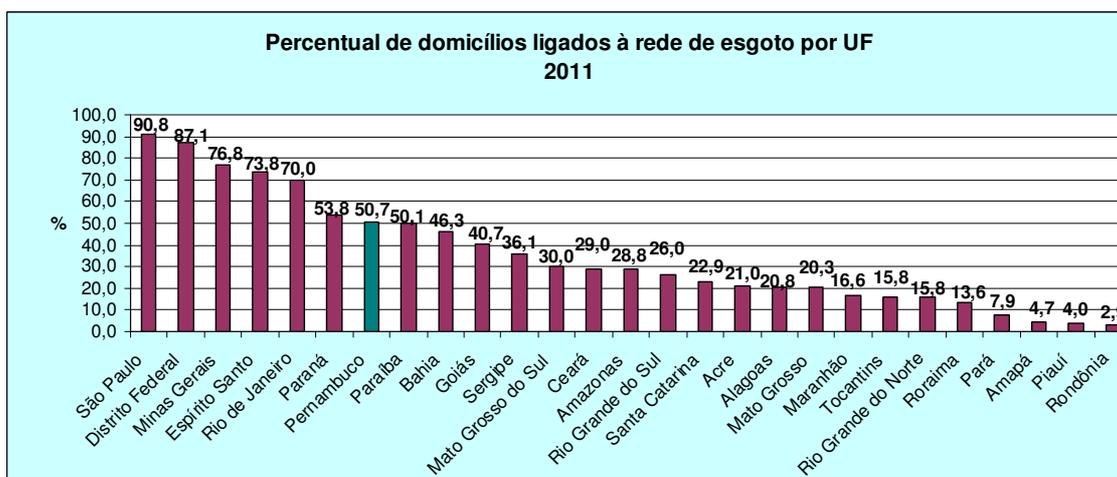


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

(87,1%), Espírito Santo (86,7%), Rio de Janeiro (86,5%), Roraima (85,8%), Rio Grande do Sul (85,7%), Minas Gerais (85,6%), Goiás (84,3%) e Santa Catarina (83,9%).



Fonte: 2004 a 2009 e 2011 - IBGE, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Verifica-se que o percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede coletora de esgoto é bem menor do que os ligados à rede geral de abastecimento de água. Observa-se um aumento no número de domicílios do estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 38,7% em 2004 para 50,7% em 2011.

Observa-se ainda que em 2011 Pernambuco ocupou a 7ª posição no ranking nacional, ficando atrás dos estados de São Paulo (90,8%), Distrito Federal (87,1%), Minas Gerais (76,8%), Espírito Santo (73,8%), Rio de Janeiro (70,0%) e Paraná (53,8%).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

1.4 - Conclusão

Embora em 2012 o crescimento da economia pernambucana tenha sofrido uma desaceleração, as taxas de crescimento do PIB pernambucano nos últimos anos vêm sendo superiores às do PIB nacional.

O mercado de trabalho continua criando empregos formais porém vem desacelerando o ritmo dessa geração de empregos. As taxas de desemprego na RMR vem caindo ao longo dos anos porém o desemprego no estado é elevado quando comparado com as demais unidades da federação. O rendimento médio na RMR vem aumentando ao longo dos anos porém o rendimento médio no estado ainda é um dos menores quando comparado com as demais unidades da federação.

Com relação ao índice de gini, que mede a desigualdade de renda, Pernambuco está bem posicionado quando comparado com as demais unidades da federação, só sendo superado pelo Paraná e Santa Catarina.

A balança comercial em Pernambuco é historicamente deficitária e a inflação medida pelo IPCA na RMR foi superior ao índice nacional em 2012.

No tocante a segurança pública, Pernambuco apresenta elevadas taxas de crimes violentos letais e intencionais quando comparado com as demais unidades da federação, porém elas estão caindo ao longo dos anos.

Quanto ao saneamento, observa-se que o percentual dos domicílios pernambucanos ligados à rede de abastecimento d'água e à rede de esgoto vem aumentando ao longo dos anos. Entretanto, apenas 50,7% dos domicílios pernambucanos estavam ligados à rede coletora de esgoto em 2011.